

CURSO DE DIREITO DE
POLÍCIA JUDICIÁRIA

Eliomar da Silva Pereira
Márcio Adriano Anselmo
Organizadores

DIREITO PROCESSUAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA II

OS MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA

v. 5

FORUM

Coleção Fórum
CURSO DE DIREITO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Organizadores
Eliomar da Silva Pereira
Márcio Adriano Anselmo

DIREITO PROCESSUAL DE POLÍCIA JUDICIÁRIA II

Os meios de obtenção de prova

5

O *Direito Processual de Polícia Judiciária* pressupõe que se compreenda a Polícia Judiciária como sujeito processual imparcial, a considerar sua posição distinta e equidistante tanto da acusação quanto da defesa, e que se compreenda o inquérito policial como procedimento processual penal, a considerar os diversos meios de obtenção de prova que se realizam pela Polícia Judiciária e que depois vão fundamentar a motivação de sentença penal sem maiores incrementos epistêmicos nas fases seguintes do processo penal. É com essa concepção renovada da Polícia Judiciária no processo penal que os autores oferecem ao leitor uma nova visão da atividade jurídica de investigação criminal, tanto sob a perspectiva formal dos atos do procedimento, quanto sob a perspectiva substancial dos atos de obtenção de prova que se realizam durante a fase de inquérito.

Área específica
DIREITO PÚBLICO.

Áreas afins
DIREITO PROCESSUAL PENAL.

Público-alvo/consumidores
DELEGADOS DE POLÍCIA (CIVIL E FEDERAL),
BEM COMO DEMAIS POLICIAIS CIVIS E FEDERAIS,
EM CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO,
BEM COMO CANDIDATOS A CONCURSOS
PÚBLICOS DESSAS CARREIRAS.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001693

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D598 Direito Processual de Polícia Judiciária II: os meios de obtenção de prova/ Eliomar da Silva Pereira, Márcio Adriano Anselmo (Org.)– Belo Horizonte : Fórum, 2020.
339p.; 14,5cm x 21,5cm
Curso de Direito de Polícia Judiciária, v. 5

ISBN da coleção: 978-85-450-0615-2

ISBN do volume: 978-85-450-0620-6

1. Direito Público. 2. Direito Processual Penal. I. Pereira, Eliomar da Silva. II. Anselmo, Márcio Adriano. III. Curso de Direito de Polícia Judiciária. IV. Título.

CDD: 341

CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PEREIRA, Eliomar da Silva; ANSELMO, Márcio Adriano (Org.). *Direito Processual de Polícia Judiciária II: os meios de obtenção de prova*. Belo Horizonte: Fórum, 2020. 339p. (Curso de Direito de Polícia Judiciária, v. 5). ISBN 978-85-450-0620-6.

Eliomar da Silva Pereira é Doutor em Direito (Universidade Católica Portuguesa, Escola de Lisboa). Professor do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior de Polícia (Polícia Federal do Brasil). Delegado de Polícia Federal.

Márcio Adriano Anselmo é Doutor em Direito (Universidade de São Paulo). Professor do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior de Polícia (Polícia Federal do Brasil). Delegado de Polícia Federal.

APRESENTAÇÃO GERAL DO CURSO		
Eliomar da Silva Pereira		13
PREFÁCIO		
Eliomar da Silva Pereira		21
ATOS PROBATÓRIOS NO INQUÉRITO POLICIAL		
Jaime Pimentel Júnior		23
1	Introdução	23
2	Inquérito policial como procedimento autônomo e informativo: alocando sua característica e seu produto na contextualização de formação do elemento informativo, das provas cautelares, não repetíveis e antecipadas	25
3	Da necessidade de se reconhecer a nulidade dos atos investigatórios frente ao cenário de eventual ilicitude dos elementos informativos, provas cautelares e não repetíveis.	30
4	A consequente vedação às provas ilícitas no inquérito policial	41
5	Conclusão	46
	Referências	48
PROVA TESTEMUNHAL		
Ruchester Marreiros Barbosa		53
1	Conceito de Testemunha	53
2	Fundamento da Prova Oral.....	56
2.1	Regra sobre recusa.....	56
2.2	Regras de impedimento.....	56
3	Classificação das Testemunhas.....	57
3.1	Quanto ao modo	57
3.2	Quanto ao conteúdo	57
3.3	Quanto ao objeto.....	58
4	Características da prova testemunhal.....	58
5	O dever de depor – Isenção e Proibição	63
6	Advertência e Compromisso	64
7	Falso Testemunho e Providências Possíveis	64
8	Retirada do Acusado da Sala de Audiência.....	65
9	Número Legal e momento para o arrolamento	66
9.1	Testemunhas numerárias.....	66
9.2	Extranumerária	66
9.3	Testemunha da coroa	67
9.4	Informante	67
9.5	Testemunha de beatificação	67
9.6	Prova Testemunhal Supletiva e Confissão do Acusado.....	67
10	Contradita.....	68
11	Sistema Presidencialista de Inquirição	69
12	Deveres da testemunha.....	69
13	Procedimento da prova testemunhal.....	71
14	A prova testemunhal na legislação extravagante	75
14.1	Na Lei 9.807/99: Lei de proteção à testemunha.....	75
14.2	Na Lei 13.431/17: sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.....	77
15	Regras constitucionais sobre prova testemunhal nas Imunidades processuais	79
16	Valoração da prova testemunhal.....	81
	Referências.....	83

INTERROGATÓRIO POLICIAL E A DEVIDA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Rafael Francisco Marcondes de Moraes	85
1 Introdução	85
2 Devida investigação criminal	86
3 Indiciamento e interrogatório policial	88
3.1 Momento do indiciamento e do correlato interrogatório	93
4 Interrogatório e qualificação	95
4.1 Direito ao silêncio, o “aviso de Miranda” e o interrogatório sub-reptício	99
4.2 Prestação de dados falsos e recusa de dados sobre a própria identidade	104
4.3 Confissão	105
4.4 Tortura	106
4.5 Vida pregressa ou pregressamento	107
4.6 Identificação	108
5 Conclusão	108
Referências	109

DOCUMENTOS E REQUISIÇÃO DIRETA DE DADOS E INFORMAÇÕES PELO DELEGADO DE POLÍCIA

Sandro Lúcio Dezan	113
1 Introdução	113
2 Os conceitos de documento, de dados e de informações: semelhanças e distinções	114
3 O dever-poder de requisição de elementos de provas documentais (dados e informações) à luz da legislação pátria	121
4 Considerações finais	129
Referências	130

RECONHECIMENTO DE PESSOAS

Rafael Francisco França	133
1 Introdução	133
2 Coleta de elementos de prova na fase preliminar	136
3 Reconhecimento pessoal	139
3.1 O procedimento preliminar: a descrição das características	142
3.2 A sessão de reconhecimento	144
3.2.1 Requisitos mínimos e regramentos	147
3.2.2 O desenrolar da sessão de reconhecimento	151
3.2.3 O encerramento. A documentação pertinente e demais atos	153
4 Reconhecimento fotográfico	155
5 Posicionamento jurisprudencial	160
6 Considerações finais	164
Referências	165

IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL NA ATIVIDADE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Paulo Henrique de Godoy Sumariva	169
1 Introdução	169
2 O indiciamento	169
3 Identificação criminal	171
4 A identificação civil	173
5 Hipóteses de identificação criminal	174
6 Identificação de perfil genético	176
7 Conclusão	177
Referências	178

PERÍCIAS: CORPO DE DELITO E EXAME DE CORPO DE DELITO

Emerson Silva Barbosa	181
1 Introdução	181

2	Do local do crime	182
3	Das dimensões limitadoras da prova	184
4	O sistema de prova brasileiro: a obrigatoriedade do exame de corpo de delito	195
4.1	Corpo de delito	197
4.2	A formação do corpo de delito	199
4.3	Da obrigatoriedade de exame de corpo de delito no direito brasileiro	201
4.3.1	Do exame de corpo de delito indireto	206
4.3.2	Da ausência do corpo de delito	208
5	Considerações finais.....	210
	Referências	211

AFASTAMENTO DO SIGILO BANCÁRIO, FISCAL E TELEMÁTICO PELO DELEGADO DE POLÍCIA

Sandro Lúcio Dezan	215	
1 Introdução	215	
2 O Delegado de Polícia e o dever de instrução imparcial da investigação	216	
3 O dever do Delegado de Polícia de agir com autoridade na investigação criminal	219	
4 A inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas e conceito de elementos de prova constitucionalmente sensíveis na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).....	225	
5 O afastamento do sigilo de documentos bancários e fiscais e de dados telemáticos: análise sobre a legitimidade das autoridades públicas (em processos jurídicos formais) e do Delegado de Polícia na investigação criminal.....	228	
6 Considerações finais.....	237	
	Referências	238

INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES NO INQUÉRITO POLICIAL

Stenio Santos Sousa	241	
1 Introdução	241	
2 O inquérito policial constitucional como instrumento legítimo da interceptação de comunicações	242	
2.1 O dilema ético das interceptações de comunicações.....	244	
2.2 Regramento constitucional e legal das interceptações de comunicações	246	
2.2.1 O terceiro desconhecido nas interceptações de comunicações	248	
2.2.2 Órgãos legitimados nas interceptações de comunicações.....	250	
2.3 A jurisprudência dos Tribunais Superiores ante um direito processual penal de emergência.....	253	
3 Conclusão	254	
	Referências	256

INFILTRAÇÃO DE AGENTES

Juliana Resende Silva de Lima	259	
1 Introdução	259	
2 Organizações criminosas.....	263	
3 Direitos fundamentais e dever de proteção do Estado (proibição de insuficiência).....	270	
4 A Lei nº 12.850/2013 e a infiltração de agentes.....	275	
5 Considerações finais.....	282	
	Referências	284

AÇÃO CONTROLADA

Milton Fornazari Junior	287
1 Introdução	287

2	Evolução Histórica	288
3	Conceito	291
4	Procedimento	294
	Referências	296

COLABORAÇÃO PREMIADA

	Márcio Adriano Anselmo	299
1	Introdução	299
2	Da investigação e dos meios de obtenção da prova	301
3	A colaboração premiada.....	302
3.1	A colaboração na lei	306
3.2	A colaboração premiada na Lei nº 12.830/2013	307
3.3	Do momento da colaboração	307
3.4	Dos resultados.....	309
3.5	Do colaborador	310
3.6	Da legitimidade para propor	312
3.7	Dos benefícios	318
3.8	Do perdão judicial	319
3.9	Dos efeitos processuais	320
3.10	Da homologação judicial	321
3.11	Os direitos do colaborador	327
3.12	Das formalidades do acordo de colaboração.....	328
3.13	Do sigilo da colaboração.....	331
	Referências	334
	SOBRE OS AUTORES	337